

Cooperação e Conflito: Relação entre Níger e França no contexto de Segurança e Neocolonialismo (1960-2023)¹

Ana Flavia Pires de Moraes²

Resumo: Desde as independências formais na década de 1960, a França manteve uma forte influência sobre suas ex-colônias africanas por meio de mecanismos políticos, econômicos e militares, consolidados no sistema conhecido como *Françafrique*. Essa estrutura neocolonial, conforme discutido por Kwame Nkrumah (1965), permite que as potências europeias, sobretudo a França, perpetuem seu controle sobre países africanos, mesmo após a descolonização. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo geral analisar as relações entre o Níger e a França e os impactos dos acordos de cooperação em segurança sob uma perspectiva da teoria neocolonial abordada pelo ganense Kwame Nkrumah. Especificamente, busca-se investigar os instrumentos utilizados pela França para manter sua influência política, securitária e econômica no Níger, além disso, examinar o histórico da cooperação em segurança entre os dois países, suas características e consequências para a estabilidade do Sahel. Por fim, analisar como a França justifica suas intervenções no Sahel, especialmente no caso de Níger, onde o neocolonialismo francês se mascara através de novas formas de cooperação e intervenção.

Palavras chaves: Neocolonialismo, Níger, França, Segurança, Cooperação.

Abstract: Since the formal independence of African nations in the 1960s, France has retained significant influence over its former colonies through political, economic, and military mechanisms, institutionalized under the system known as *Françafrique*. This neocolonial framework as theorized by Kwame Nkrumah (1965) enables European powers, particularly France, to sustain control over African states long after decolonization. Against this backdrop, this article's overarching objective is to analyze Niger-France relations and the effects of their security cooperation agreements through the lens of Nkrumah's neocolonial theory. Specifically, it aims to investigate the tools France employs to preserve its political, security, and economic influence in Niger, also, examine the history of Franco-Nigerien security cooperation, its defining features, and its implications for Sahelian stability and analyze how France leverages the narrative of African state fragility to legitimize interventions in the Sahel, with a focus on Niger, where neocolonialism is repackaged as cooperative engagement.

Keywords: Neocolonialism, Niger, France, Security, Cooperative Engagements.

1. Introdução

O neocolonialismo é a última arma do imperialismo e a mais traiçoeira. Ele nos dá bandeiras, mas mantém nossas algemas (Nkrumah, 1965, p.35)

¹ Artigo Científico apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinama.

² Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

O presente trabalho visa investigar a relação de cooperação no âmbito de segurança entre a França e o Níger, observando como essa cooperação pode ser uma forma da França manifestar seu interesse em manter o Níger e a região do Sahel em um estado de conflito. Essa estratégia asseguraria os interesses geopolíticos e econômicos da França, fomentando, assim, uma relação de caráter neocolonial. Nesse contexto, vale lembrar que na década de 1960, todos os países do G5 Sahel, Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, conquistaram sua independência da França, por estes Estados, no mesmo período, assinaram uma série de acordos bilaterais com a ex-métropole, dentre eles se destaca os acordos na área de defesa e cooperação militar, que incluíam uma garantia de apoio militar francês em caso de agressão por um ator externo bem como em caso de rebeliões internas (Châtaigner, 2019). Nesse sentido, conforme o autor, ainda na conjuntura de Guerra Fria, a França se tornou um parceiro privilegiado dos Estados sahelianos.

Ademais, é importante ressaltar que, além dos acordos de segurança, a França estabeleceu acordos comerciais com as ex-colônias africanas. No caso do Níger, destaca-se que, em 1969, a manutenção da zona do franco (garantia de conversibilidade do Tesouro francês para o franco CFA)³, destaca-se a segurança do abastecimento da cadeia nuclear francesa a partir do urânio nigerino da vila industrial Arlit, localizada no centro-norte do país, como parte dessa política (Châtaigner, 2019).

Essas séries de políticas são conhecidas como "*Françafrique*"⁴, instituídas pelo Presidente francês Charles De Gaulle, e essa política externa ainda é alvo de críticas da mídia e da opinião nigerina. Segundo Langan (2018), essas críticas se devem ao grande unilateralismo percebido nos assuntos africanos na política francesa. Desse modo, com o surgimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE) nos anos 1950, a França, vendo a importância crescente de uma Europa unida, começou a defender uma ideia de "*Euráfrica*", que visava fortalecer laços entre a Europa e a África. Essa ideia incluía a criação de acordos econômicos e programas de ajuda mútua entre os dois continentes. Dessa forma, a europeização,

³ A Zona do Franco é uma união monetária estabelecida entre a França e diversos países da África Ocidental e Central, onde o franco CFA é utilizado como moeda. Criado em 1945, o franco CFA inicialmente pretendia manter a ligação econômica entre a França e suas ex-colônias, sendo ainda hoje respaldado pelo Tesouro francês. A moeda é emitida em duas variantes: o franco CFA da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) e o franco CFA da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).

⁴ Esse mecanismo opera através de: (1) dependência cultural (língua francesa imposta como oficial, educação moldada pelo modelo francês); (2) controle político (elites africanas cooptadas para garantir interesses franceses em troca de manutenção no poder); (3) dominação econômica (o franco CFA atrelado ao euro e a extração de recursos naturais através de multinacionais); e (4) hegemonia militar (bases francesas estabelecidas no território africano e intervenções armadas justificadas como "cooperações de estabilidade interna").

proporcionou maior grau de credibilidade e legitimidade ao que de outra forma seria percebido como unilateralismo francês e “neocolonialismo” na região (Langan, 2018).

Nesses termos, em 1992, observamos ações como a criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (ESDP), hoje conhecida como a Política Comum de Segurança e Defesa (CSDP), serviram de trampolim para a França reforçar sua influência na África (Chafer, 2005). Nota-se que, embora aproveite as oportunidades de projetos conjuntos na África sob o apoio da UE, a França ainda mantém, em certa medida, suas tendências neocoloniais quando se analisa minuciosamente as questões de segurança e de alinhamento político em suas ex-colônias. A França é acusada de usar a UE como uma forma de "encobrir" ou ocultar seus interesses nacionais subjacentes, tanto em termos de segurança, foco desse trabalho, quanto econômico na África, valendo-se do discurso normativo da europeização (Bagoyoko, Gilbert, 2009).

Considerando o exposto, o trabalho parte da seguinte pergunta de pesquisa: como a cooperação em segurança entre o Níger e a França contribui para a estabilização do país e da região do Sahel ou perpetua uma relação neocolonial favorecendo os interesses geopolíticos e econômicos franceses?

Nossa hipótese é de que os acordos de cooperação em segurança são uma forma da França afirmar seu interesse em manter o Níger e a região do Sahel em um estado de conflito, alinhando-se à lógica da “fragilidade” dos Estados africanos. Embora tais intervenções francesas enfatizem valores europeus, como democracia, individualismo e direitos humanos, essa justificativa serve como uma “camuflagem”. Na realidade, o verdadeiro objetivo dessas ações, especialmente no Níger, onde se localiza sua principal fonte de urânio, é assegurar interesses geopolíticos e econômicos, perpetuando, assim, uma relação de caráter neocolonial.

Diante disso, o objetivo geral do trabalho é analisar as relações entre Níger e França e os impactos dos acordos de cooperação em segurança sob uma perspectiva neocolonial. Ademais, especificamente, pretende-se a) Investigar os instrumentos criados pela França para reter influência política, securitária e econômica no Níger a partir do "neocolonialismo"; b) Examinar o histórico da cooperação em segurança entre a França e o Níger, suas características gerais e consequências para a estabilidade da região do Sahel, e; c) Analisar como a França utiliza a justificativa da fragilidade dos Estados africanos para moldar suas intervenções no Sahel visando o Estado nigerino, especificamente.

O trabalho apresenta duas justificativas. A primeira, de cunho acadêmico-científico, ressalta a importância de examinar a ausência de estudos no Brasil que analisem a persistência das relações de dominação criadas pelos franceses durante a colonização até os dias de hoje. Embora alguns críticos como Jean-François Bayart (2010) e Achille Mbembe (2017)

questionam a adequação do termo "neocolonialismo" atualmente, defende-se aqui que o conceito formulado por Kwame Nkrumah (1965) permanece essencial para entender as dinâmicas contemporâneas do Sistema Internacional em relação ao continente. Esse estudo é particularmente relevante, pois o neocolonialismo continua a dificultar o desenvolvimento autônomo das regiões periféricas, mantendo-as sob a influência das grandes potências. Esse domínio se perpetua não apenas por meio da exploração de seus recursos naturais, mas também mediante acordos econômicos e de segurança que beneficiam majoritariamente essas potências, reforçando, assim, uma estrutura de dependência e controle.

Além disso, outra justificativa, de cunho sociocultural e de ensino, é contribuir para uma discussão mais profunda sobre as relações internacionais da África no Brasil, visto que o ensino e pesquisa ainda é embrionário para uma região com relações históricas relevantes e marcante com o Brasil. Ainda, particularmente, a elaboração de um artigo de análise de conjuntura resultado da disciplina de Relações Internacionais da África, ofertada na UFU no curso de Relações Internacionais, em parceria com meu orientador, Laurindo Tchinhama, no qual analisamos as relações entre a França e a CEDEAO na África Ocidental, despertou o meu interesse em pesquisar mais sobre o continente africano. No artigo⁵ destacamos o papel estratégico do Níger para a França, explorando tanto a intervenção da CEDEAO após o golpe de Estado, em 2023, quanto a eficácia dessa ação para a segurança regional, além dos interesses econômicos e antiterroristas franceses. Nesse sentido, esse trabalho aprofundou meu interesse nos acontecimentos no Sahel, especialmente em relação ao caso do Níger e o subsequente rompimento das relações com a França, incentivando-me a investigar essas dinâmicas com ainda mais profundidade. Para alcançar os objetivos previstos por este trabalho, será utilizada uma metodologia qualitativa, composta de análises e revisões bibliográficas de estudiosos de Relações Internacionais sobre neocolonialismo e de especialistas na região do Sahel e da política francesa para a África com enfoque no Níger. Do ponto de vista de fontes primárias, busca-se avaliar documentos oficiais, quais sejam acordos ou relatórios governamentais e de atores não estatais. O recorte temporal do trabalho será do período posterior às independências africanas, da década de 1960 até o golpe militar de 2023 no Níger, quando as forças nigerianas golpistas encerraram a cooperação militar com a França. Ainda é importante ressaltar que a pesquisa será dividida em 3 partes, a primeira parte será discutida o termo neocolonialismo trazido na obra de 1965 por Kwame Nkrumah e suas implicações, posteriormente, a segunda

5 MORAES, Ana Flávia Pires de; TCHINHAMA, Laurindo Paulo Ribeiro. **Dinâmicas de influência e conflito em tempos de instabilidade: relação França — CEDEAO e as ações no Níger.** *Mundorama*, jul. 2024. Disponível em: <https://medium.com/p/04c1e76b6827>. Acesso em: 20 fev. 2024

parte irá analisar as relações entre o Níger e a França, perpassando por todos os governos desde a independência do Níger em 1960. Essas relações foram marcadas por uma complexa oscilação entre momentos de alinhamento próximo com os interesses franceses e fases de postura pragmática e nacionalista, em que o Níger buscou maior autonomia e diversificação de parcerias internacionais. Além disso, os golpes militares que ocorreram no Níger ao longo de sua história também tiveram um impacto significativo nessa dinâmica, muitas vezes refletindo tanto pressões internas quanto influências externas, incluindo a da França. Por fim, a terceira parte ilustra o âmbito da segurança, perpassando a colaboração francesa no Sahel e sua eficácia na luta contraterrorismo na região, como observaremos nessa última seção antes da conclusão, as intervenções francesas, especialmente a operação Barkhane (2014-2022) não terão o resultado esperado, na verdade, irá agravar mais ainda a situação de terrorismo no Níger e na região do Sahel como um todo. Após essa operação, veremos que o sentimento anti-francês ganhara mais ainda força, não só pela população civil, como também em discursos de líderes como Abdourahamane Tchiani, sem contar a aproximação de novos atores na região, como a China e Rússia.

2. Neocolonialismo na África: Do legado colonial às críticas contemporâneas

Esta segunda seção irá introduzir o conceito de neocolonialismo a partir de um breve contexto histórico do colonialismo em África e das suas consequências no continente. Observou-se que a história da África apresenta algumas nuances, pois o processo de colonização e descolonização entre os países africanos aconteceu de diferentes formas, seja através do colonialismo direto ou indireto. Esta diversidade de experiências reflete diretamente nos caminhos percorridos durante as independências, o que, naturalmente, refletirá também a forma como o novo sistema do neocolonialismo será inserido. Assim sendo, partindo deste conceito nos deparamos com alguns autores africanos que discutiram esta questão, entre os quais se destaca Kwame N'krumah (1965) ele foi um dos pioneiros africanos a discutir este tema em suas obras, mas seus argumentos não condizem com as críticas de alguns acadêmicos contemporâneos como é o caso dos pensadores da escola de neopatrimonialismo, porém, apesar de certas convergências como veremos.

Em meados do século XIX ocorreu um evento que mudou as relações existentes entre europeus e africanos que foi a Conferência de Berlim (1884-1885). Como é de conhecimento histórico, o evento consolidou a repartição do continente africano entre as potências europeias⁶,

⁶ sendo as principais Grã-Bretanha, França, Bélgica e Portugal, tendo durado cerca de 75 anos.

assim se consolidava a fase clássica de domínio colonial africano. Em suma, o colonialismo se tratava de um sistema implementado pelas metrópoles europeias com o objetivo de controle em diversas áreas como econômica, política, social e cultural. Nesse sentido, é importante ressaltar que a forma de implementação desse sistema por cada uma dessas potências vai se dar de forma diferente, como menciona Marcon (2023, p.16), “estas potências colonizadoras diferiam em níveis de desenvolvimento, de riqueza e de necessidade, de forma que as particularidades de cada regime colonial também variavam de acordo com o poder da potência colonizadora”.

Sob esse prisma, o colonialismo podia ocorrer de forma direta ou indireta. No caso indireto, as colônias inglesas envolviam a administração das colônias a partir de chefes e líderes locais, enquanto em outros, diretas, as colônias eram geridas como grandes "unidades administrativas", embora não integradas política e economicamente como foi o caso das colônias francesas (Marcon,2023). Dessa forma, como o colonialismo foi marcado por uma diversa gama de formas administrativas em cada diferente império colonial, este processo resultou em distintas formas de inserção dos seus territórios coloniais na economia mundial (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013; Siradag, 2014).

Nesse sentido, se a forma de administração das colônias era de forma distintas, de forma plausível, o processo de independência se daria de forma diversa. A descolonização foi um processo extenso que caracterizou a segunda metade do século XX, englobando movimentos que envolviam desde a simples retirada do domínio colonial até as guerras de libertação. O processo de descolonização deve ser analisado em seus termos estruturais e conjunturais, uma vez que este está inserido no contexto da Segunda Guerra Mundial e o início de uma nova fase sistêmica de *Pax Americana*, marcada pelo contexto da Guerra Fria (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

O auge do processo de descolonização ocorreu no final da década de 1950 e no início da década de 1960, sendo o ano de 1960 considerado o Ano Africano, com a maioria dos países africanos se tornando independentes (Siradag, 2014). O grau de resistência adotado pelas metrópoles radicalizou determinados movimentos de independência, podendo ser citado como principal exemplo no caso francês a Guerra de Libertação Argelina, de 1954 (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013). O exemplo do caso argelino estabeleceu um caso que deveria ser evitado para as demais potências africanas e para a França (Marcon,2023).

A partir de então, as demais metrópoles e a França apressaram-se em controlar o inevitável processo de independência, de forma a criar mecanismos que transformam os processos de emancipação em lentos e controlados, fazendo com que as colônias seguissem

subordinadas às antigas metrópoles (Marcon,2023). Nesse aspecto, Visentini, Ribeiro e Pereira (2013) argumentam que a descolonização da África foi um processo “peculiar e tardio”, sendo peculiar à medida em que as metrópoles os controlaram, e tardio por ter ocorrido em descompasso com os demais movimentos de independência das colônias do Oriente Médio e da Ásia. Além disso, os autores afirmam que o desejo das populações africanas de transformação social e desenvolvimento autocentrado não foi alcançado. Dessa forma, pode-se dizer que o processo de descolonização na África foi apenas formal, podendo ser considerado um processo político artificial.

Nesse sentido, a descolonização não representou o fim do processo de dominação por parte das metrópoles europeias, mas sim serviu como uma maneira de redefinir as relações entre os países africanos e seus antigos colonizadores (Charbonneau, 2008a). Nesse cenário, a pressão do pós-Segunda Guerra Mundial, o conflito bipolar que surgiu do conflito entre duas potências mundiais anticolonialistas e a pressão exercida pelos povos africanos levou ao novo formato de imperialismo: o neocolonialismo⁷ (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013).

2.1 A política do Neocolonialismo

Nessa linha de raciocínio, a literatura distingue três formas de neocolonialismo na África: o neocolonialismo realista, o neocolonialismo ultra e a autocolonização ou colonialismo interno⁸ (Bifarini, 2019). O neocolonialismo realista refere-se à manutenção de uma relação estrutural de dependência econômica e política das ex-colônias africanas em relação às antigas potências coloniais (Bifarini, 2019). A independência, nesse caso, foi meramente superficial, já que os interesses coloniais continuaram a ser atendidos por grupos oligárquicos locais.

Por outro lado, O neocolonialismo⁹ ultra refere-se à conduta de potências que não possuíam um passado colonial na África, mas que, no pós-Segunda Guerra Mundial, buscaram estabelecer zonas de influência no mundo, como a China, os Estados Unidos e a antiga União Soviética (Bifarini,2019). A influência dessas potências podia ser meramente econômica, como no caso chinês, ou tanto econômica quanto ideológica, como nos outros dois exemplos. Essas nações conseguiram estabelecer sua presença no continente africano oferecendo auxílio

⁷ O termo *imperialismo* refere-se à dominação política, econômica e militar direta de um Estado sobre outro, prática comum durante os séculos XIX e início do XX, especialmente durante a partilha da África e a expansão colonial europeia. Já o *neocolonialismo* diz respeito a formas contemporâneas e indiretas de dominação, em que países poderosos mantêm sua influência sobre ex-colônias ou Estados periféricos por meio de mecanismos econômicos, políticos ou culturais, sem necessariamente exercer controle territorial formal.

⁸ Tradução realizada pela autora deste trabalho.

⁹

econômico, seguido de apoio militar, com o objetivo de exercer poder interno, assegurar alianças diplomáticas e obter votos em fóruns internacionais.

Por último, temos a autocolonização ou colonialismo interno. Essa forma de neocolonialismo ocorreu quando o Estado subordinado aceitou voluntariamente os sistemas de valores e os modelos socioeconômicos impostos pelo Estado dominante, sem qualquer tipo de coerção (Bifarini, 2019). Esse fenômeno foi facilitado pela educação colonial e neocolonial oferecida às elites africanas que estudaram em universidades europeias e americanas, adotando o estilo de vida e o modelo econômico ocidental (Zanirato, 2023). Naturalmente, esse sistema enriqueceu ainda mais as elites africanas, enquanto a maior parte da população era deixada em condições mínimas de sobrevivência.

Desse modo, a partir das três vertentes destacadas, podemos explorar agora como diferentes pensadores definem esse conceito. Assim sendo, Bifarini (2019, p.47) em sua obra intitulada *I coloni dell'austerità. Africa, neoliberalismo e migrazioni di massa* entende que o neocolonialismo em suma não é uma continuação do colonialismo propriamente dito, na realidade é a substituição de um sistema outrora arcaico, por um sistema agora fundamentado na dominação através de instrumentos econômico-sociais do livre mercado, assim, direcionando as políticas dos governos locais aos interesses do capital financeiro e das multinacionais dos países ricos.

Nesse sentido, percebe-se que essa definição de Neocolonialismo por parte de Bifarini se assemelha com a de Kwame N'krumah¹⁰. Kwame N'Krumah já debatia em sua obra *Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo* (1965) que embora os povos africanos tenham conseguido assegurar suas independências, no sentido de serem reconhecidos internacionalmente como soberanos, na realidade, essa soberania se mostrava “artificial”, em suas palavras: “[...] de que o Estado que a ele está sujeito é, teoricamente, e tem todos os adornos exteriores de soberania internacional. Na realidade, seu sistema econômico e, portanto, seu sistema político, é dirigido do exterior” (Nkrumah, 1965).

Diante disso, o continente africano passa por o que N'krumah chama de paradoxo da riqueza: um continente de magnitude tão rica em recursos materiais, culturais e humanos vem sendo sistematicamente explorado não para benefício de sua própria população, mas para atender os interesses estrangeiros. Um exemplo é o nosso estudo de caso, o Níger, um dos países mais ricos em urânio no mundo, entretanto, está entre os países com menor renda per capita (R\$ 533) segundo o Banco World Bank Group (2022). Ou seja, a situação do Níger

¹⁰ Kwame N'krumah foi uma figura importante para o pensamento e movimento Pan-africanista no período XIX-XX, além disso foi o primeiro presidente de Gana (antiga Costa de Ouro).

exemplifica o que Nkrumah abordava em 1965 e ainda é observado nos dias de hoje, o fato de que a existência do neocolonialismo impede o desenvolvimento econômico ou social, uma vez que as políticas são direcionadas mais para os interesses materiais de elementos estrangeiros do que para as necessidades da cidadania local (Nkrumah, 1965).

2.2 Crítica em relação ao conceito de Neocolonialismo

Ademais, como nenhuma obra é isenta de críticas, alguns acadêmicos acham que a utilização do conceito de neocolonialismo por parte de autores como Nkrumah seja associado a formas “vulgares” do marxismo, consideradas fora de moda na era pós-Guerra Fria (Langan, 2022). Para outros autores como Achille Mbembe, Walter Rodney e Robert H. Bates, o conceito parece negar qualquer tipo de agência africana significativa, reduzindo os africanos a meras “vítimas” na arena global (Langan, 2022). Entretanto, reafirmo minha posição de que o conceito é ainda relevante para os estudos, principalmente no âmbito de relações internacionais. Porque a partir desse conceito podemos explicar as dinâmicas de independência que existem, como também, a distribuição de trabalho internacional, que não foi pensada ao acaso, mas sim, organizada de forma estratégica para favorecer alguns países, assim como também tratados comerciais e militares. Ou seja, o Imperialismo que conhecemos do século XIX não está morto, hoje ele está reconfigurado em uma nova forma que é o Neocolonialismo, como argumentava Nkrumah “O Neocolonialismo de hoje representa o imperialismo no seu estágio final e talvez o mais perigoso”.

Além disso, outra crítica sobre a Obra de Nkrumah é que ele é visto como um dispositivo polêmico e radical que culpa injustamente “o Ocidente” pela má governança contínua de certas elites africanas (Langan, 2022). Particularmente essa visão é equivocada, primeiro, que Nkrumah não responsabiliza o *status quo* dos países africanos, particularmente só os “antigos mestres” na realidade, é bem mais complexo e abrangente. Embora ele não isenta as elites africanas, mesmo ele tendo uma certa postura otimista em relação a capacidade dos líderes africanos de resistirem à influência externa e de construírem estruturas pan-africanas, sua perspectiva contrasta com o afro-pessimismo amplamente presente na literatura sobre neopatrimonialismo.

O neopatrimonialismo é uma escola de pensamento que sustenta que o “problema” do desenvolvimento africano reside predominantemente nos atributos culturais das elites da região (Langan, 2022). Ou seja, que uma cultura política africana centrada em líderes “grandes homens” emergiu, na qual esses líderes utilizam as instituições estatais e os recursos econômicos para manter redes corruptas de clientelismo e patronagem. Essas redes são baseadas principalmente em afiliações étnicas (em uma base tribal), e a legitimidade política é

derivada da capacidade dos “grandes homens” de recompensar a lealdade de seus seguidores (daí o termo patrimonialismo) (Langan,2022).

A situação neopatrimonial resulta na má alocação das capacidades estatais e em uma relação com o exterior frequentemente caracterizada pela “extravertação”. Esse último conceito relaciona-se aos escritos de Jean François Bayart (2010) sobre as estratégias das elites africanas em relação aos doadores de ajuda externa (Langan,2022). Bayart (2010) sustenta que as elites africanas não são vítimas de manipulações estrangeiras, mas, em vez disso, cortejam ativamente os doadores de ajuda, muitas vezes por meio de acenos discursivos às prioridades dos atores externos como, por exemplo, aos mercados livres e ao desenvolvimento do setor privado (DSP).

Nesse sentido, o conceito trazido por Bayart (2010) de extravertação pode ser utilizado juntamente com o conceito de neocolonialismo trazido por Nkrumah (1965). O próprio Nkrumah (1965) observou que as elites neocoloniais em políticas africanas subvertidas envolveriam ativamente seus “mestres” na metrópole. Ou seja, líderes africanos cooptados buscaram energicamente acordos comerciais e de ajuda preferenciais que consolidaram sua hegemonia política em seus próprios contextos nacionais (Langan,2022). Embora tenha negligenciado a discussão sobre os elementos ideológicos específicos em jogo, ainda assim, a análise de Nkrumah (1965) é compatível com a “extravertação”. Ou seja, é possível (e necessário) reconhecer a agência de agentes africanos na exacerbação de situações de neocolonialismo ao convidar elementos estrangeiros para penetrar ainda mais no Estado africano em questão. Isso leva à discussão sobre o “imperialismo por convite” (Langan,2022).

Por fim, vale ressaltar que a escola neopatrimonialismo é pessimista em relação à possibilidade de qualquer forma de desenvolvimento significativo dentro da África, como abordou Mkandawire (2011). A crítica da autora da literatura sobre neopatrimonialismo é oportuna e justificada. Esta literatura tende para o essencialismo ontológico, baseado em suposições negativas sobre o que caracteriza a África e seu povo. (Langan,2022). De uma perspectiva pós-colonial, tal literatura está, na verdade, permeada por legados e discursos coloniais que representam os territórios africanos como o antônimo “não civilizado” da sociedade racional europeia (ocidental).

Outrossim, como foi mencionado anteriormente, é possível relacionar o conceito de extravertação de Bayart (2010) com o conceito trazido de neocolonialismo por parte de N’krumah (1965), o que não pode ser assimilado é as caricaturas essencialistas que pressupõem que todas as elites africanas atuam de maneira predatória. Algumas elites neocoloniais podem adotar comportamentos que corroboram com determinadas afirmações feitas por Bayart (2010). Contudo, é fundamental reconhecer que nem todas as elites africanas, assim como

atores da sociedade civil, estão envolvidas nesse tipo de ação. Assim, as generalizações abrangentes onipresentes na literatura sobre neopatrimonialismo são imprecisas (e, na verdade, um tanto perversas).

Assim sendo, as práticas neopatrimoniais que se manifestam em certos contextos podem ser vistas como reflexos estruturais das desigualdades impostas por essas relações Norte-Sul, como o colonialismo, a exploração econômica e o controle político indireto que perpetuam essas assimetrias. Essas dinâmicas internacionais acabam influenciando e moldando as formas como o poder é exercido nos países do Sul Global. Muitas elites africanas que se envolvem em comportamentos nepotistas não conseguiriam manter o poder a longo prazo se não fossem continuamente habilitadas pelas intervenções materiais de doadores de ajuda estrangeira e de corporações estrangeiras (Langan, 2022).

Essa primeira parte analisou o contexto colonial do continente africano. Como vimos, os sistemas coloniais podem ocorrer direta ou indiretamente, uma distinção que afeta diretamente o desenvolvimento de processos de descolonização subsequentes. Notamos, no entanto, que foram afirmados acordos de cooperação tanto no âmbito econômico quanto no de segurança entre as colônias recentemente independentes e os seus antigos colonizadores, seja pela França ou por outras potências imperialistas. Esses acordos resultam frequentemente em acordos assimétricos que beneficiam mais os interesses estrangeiros do que as populações locais.

Neste contexto surgiu o conceito de neocolonialismo, que pode ser entendido como a fase final do imperialismo. Descreve situações em que os Estados africanos, apesar de serem juridicamente independentes, ainda estão sujeitos a influências externas a tal ponto que a sua verdadeira autonomia fica comprometida. Entre os estudiosos que estudaram este conceito, Kwame Nkrumah se destaca-se como foco central do nosso trabalho. Em 1964, argumentou que tais acordos permitiam que potências estrangeiras continuassem a explorar estes países, mantendo-os economicamente e socialmente dependentes. As ideias de Nkrumah permanecem hoje relevantes, como evidenciado por uma série de políticas que, embora fossem iniciativas de desenvolvimento no continente, visam principalmente servir os interesses materiais dos atores externos¹¹, em detrimento das necessidades das populações locais.

Como vimos, os países que sofrem de neocolonialismo enfrentam obstáculos significativos para alcançar um desenvolvimento econômico ou social significativo porque as suas políticas são orientadas mais para interesses externos do que para os direitos e exigências dos seus cidadãos. Apesar da relevância do conceito de Nkrumah, existem algumas críticas,

¹¹ Podemos citar aqui os acordos comerciais com a Areva (hoje conhecida como Orano), será trabalhada a questão desses acordos assimétricos ao longo do texto com mais detalhes.

como as levantadas pela escola patrimonialista. No entanto, é importante enfatizar que a teoria da extroversão de Jean-François Bayart está intimamente alinhada com o pensamento de Nkrumah ao analisar como as elites locais conspiraram com o sistema neocolonial, reforçando as dependências estruturais e os desequilíbrios existentes.

3. Da independência aos golpes: A complexa relação do Níger com a França

Nesta terceira seção, abordaremos as relações entre Níger e a França, percorrendo todos os governos desde a independência do Níger em 1960. Para fins de delimitação, focaremos nos pontos centrais de cada governo, destacando momentos de tensão e distanciamento em relação a França, bem como períodos de alinhamento mais estreito com os interesses franceses. Além disso, analisaremos como os golpes militares que marcaram a história do Níger estão intimamente ligados a essa dinâmica. Como veremos, esses golpes não foram meros acidentes históricos, mas sim o resultado de uma conjuntura de instabilidades internas e externas.

Quando mencionamos a relação da França com o Níger, temos que levar em conta algumas considerações para entendermos a situação atual. O Níger, como os demais países francófonos, declarou a independência em 1960, todavia, a França não querendo perder a influência na região, principalmente no que se diz respeito a região de Sahel, estabeleceu uma série de “acordos de cooperação”, que ficou conhecido como *Françafrique*. Nesse sentido, a França continuou tendo o controle sobre essas nações em todas as esferas (Sylla, 2021).

Esse controle se dava pelos mecanismos monetários, como a zona de Franco CFA e o controle estratégico sobre indústrias chaves, como a AREVA¹². Além da presença militar acompanhada de seus “pactos de segurança”, ainda temos o respaldo político das elites africanas através da política de assimilação¹³, que é um mecanismo que envolve a manutenção de laços estreitos com líderes políticos e figuras influentes nos governos africanos que promovem políticas favoráveis aos interesses franceses. Entretanto, quando não atendido, eles são destituídos por outros, o que acabam provocando instabilidades nos países, como é perspectivo, a história de Níger é conturbada desde o primeiro governo constituído em 1960, e veremos como os golpes ocorridos no Níger ao longo da década se conectam na sua origem.

Sendo assim, podemos dividir em dois grandes períodos a história política moderna do Níger, tendo como marco a adoção do sistema multipartidário em 1991. Antes disso, o país

¹² Atua no Níger há mais de 40 anos, operando minas de urânio por meio de duas subsidiárias: SOMAIR (*Société des Mines de l’Air*) e COMINAK (*Compagnie Minière d’Akouta*).

¹³ formou elites africanas educadas na metrópole, alinhadas aos interesses coloniais, criando uma hierarquia política desconectada da população local e perpetuada após a independência. Isso gerou uma elite política muitas vezes desconectada da população, formada por líderes mais alinhados aos interesses franceses do que da sociedade civil.

esteve sob regimes autoritários (1960-1990); depois, iniciou-se uma era de governos relativamente democráticos (1991-2023), embora em um contexto de fragilidade estatal (Korotayev, Issaev, Voronina, 2024).

Diori Hamani, foi o primeiro presidente da República do Níger (1960-1974) e era líder do Partido Progressista Nigerino (PPN). Ele estabeleceu um regime autocrático de partido único, concentrando grande parte dos poderes em suas mãos, sem prestar contas ao parlamento. Diori garantiu para si o direito de vetar projetos de leis parlamentares, além de nomear e demitir ministros, altos funcionários e oficiais do exército (Korotayev, Issaev, Voronina, 2024). Além disso, ocupava o cargo de secretário-geral do partido governista, o que lhe conferia controle total sobre todos os seus mecanismos de funcionamento (Ibrahim, 1994). Na política externa, seu governo baseava-se em uma estreita cooperação com a França, contando com o apoio militar e político de Paris (Krivushin, 2012).

Ademais, Diori dava grande importância à indústria de mineração de urânio, ele acreditava que o investimento nesse setor iria desenvolver o país. Entretanto, na busca de querer ajustar o preço do urânio vendido pelo país à França, encorajado pela situação internacional de 1972, caracterizada por um forte aumento nos preços do petróleo e das matérias-primas ao longo da década, solicitou à França que indexasse o preço do urânio ao quilowatt-hora produzido a partir do petróleo (Grégoire, 2011). Nesse sentido, se a proposta de Diori fosse aceita, o Níger receberia um valor muito maior pela venda. O preço passaria de 5,5 milhões de francos CFA por tonelada métrica para 50 milhões de francos CFA por tonelada métrica, um aumento de quase 10 vezes no valor pago à economia do país (Grégoire, 2011). Entretanto, a França achou as exigências do presidente nigerino inaceitáveis.

Em 18 de abril de 1974, estava marcada uma reunião em Niamey para discutir esse compromisso, porém, nunca chegou a ocorrer, devido ao golpe militar liderado pelo general Seyni Kountché (Grégoire, 2011). Nesse contexto, especialistas como Emmanuel Grégoire (2011) aponta que a principal causa da destituição de Diori seja a crise alimentar no país, embora fosse um dos problemas, mas também, é importante apontar como é conveniente o fato de que o serviço de inteligência francesa estivesse ciente da situação política no Níger. Durante o golpe, o exército francês, presente no país, manteve-se inativo, o que levanta questionamentos sobre uma possível conveniência. Além de que o bureau africano do Eliseu¹⁴, sob comando do conselheiro Jacques Foccart, que acompanhava de perto os acontecimentos na região e havia participado das negociações sobre o urânio no período (Grégoire, 2011). Outro fator relevante foi a aproximação entre Níger e Líbia pouco antes do golpe. Em 7 de março de 1974, durante

¹⁴ Palavra de origem francesa que significa departamento ou escritório dentro da presidência da França (o Palácio do Eliseu) responsável por assuntos relacionados à África.

a visita oficial de Muammar Kadhafi a Niamey, foi assinado um tratado de defesa e segurança entre os dois países, além de um acordo para apoio econômico ao Níger, incluindo investimentos no setor de urânio. Essa aliança, somada às tentativas de Diori de renegociar o preço do urânio com a França, pode ter aumentado as tensões políticas.

Com a chegada de Seyni Kountché (1974-1986) a exploração do urânio foi intensificada, e com isso os interesses das empresas francesas foram atendidos, com isso podemos perceber um governo mais alinhado aos interesses franceses do que o anterior. Por um lado, economicamente, o governo de Kountché conseguiu melhorar a situação econômica do país ligeiramente com o fim da seca e o aumento da receita orçamentária, oriunda da exploração de urânio. No entanto, no campo político, o regime de Kountché foi extremamente repressivo, impondo controle sobre a mídia e promovendo prisões e até assassinatos de opositores políticos (Krivushin, 2012). Essa conduta ao longo do governo de Kountché vai refletir no golpe militar em 1996, com o falecimento do mesmo em 1997, orquestrado pelo general Ali Saibou, que assumiu o poder, porém, com as pressões de reformas democráticas em 1990¹⁵, em 1993 assumi Mahamane Ousmane (Korotayev, 2022).

O importante a destacar neste período de 1990-1995 é que vai se instaurar a primeira rebelião Tuaregue. Tuaregue é um grupo étnico que vive na região Sahel-Saara¹⁶, onde se encontra a exploração de urânio. Como esses depósitos se encontram em território tuaregue, a população local acreditava que teria direito à maior parte dos benefícios, mas não é o que acontece (Grégoire, 2011). A marginalização dos tuaregues, segundo seus líderes, está intrinsecamente ligada à exclusão histórica desse grupo¹⁷ dos principais cargos do Estado e das empresas mineradoras. Um exemplo emblemático dessa dinâmica ocorreu durante o governo de Hamani Diori, que criou o cargo especial de Ministro para Assuntos do Saara, confiado a representantes da população tuaregue. Embora esse sistema não fosse isento de falhas, ele proporcionou uma certa integração dos tuaregues nos processos políticos em nível nacional (Korotayev, Issaev, Voronina, 2024). No entanto, conforme os autores, com a ascensão de Seyni Kountché ao poder, a política governamental em relação aos tuaregues mudou radicalmente, substituindo a diplomacia pelo uso da força. Essa oscilação entre tentativas de

¹⁵ Os acontecimentos de 1990-1993 no Níger podem ser vistos como parte da quinta onda revolucionária do século XX (Grinin, 2022).

¹⁶ Um território árido com pouca chuva, inadequado para a agricultura e de difícil manejo para a pecuária, a região de Agadez possui um subsolo rico em minérios, como cassiterita, carvão e urânio.

¹⁷ Essas posições foram tradicionalmente monopolizadas pelos Djerma e os Hausa conseguiram inserir empresários bem relacionados no setor de mineração, enquanto os comerciantes tuaregues foram sistematicamente excluídos das cadeias de suprimentos e os trabalhadores tuaregues permaneceram sub-representados.

inclusão e práticas de marginalização reflete a inconsistência das políticas governamentais ao longo do tempo.

Em 1994, foi assinado um acordo de paz entre os tuaregues e as autoridades nigerinas em Ouagadougou, capital do Burkina Faso. Esse acordo, mediado por atores internacionais, previa a redistribuição da renda gerada pelos recursos naturais do país, especialmente o urânio, em favor das populações tuaregues, que historicamente haviam sido marginalizadas (Clark; Gardinier, 1997). No entanto, apesar das promessas, os rendimentos da venda de urânio continuaram a ser centralizados nas mãos do governo nigerino, sem uma distribuição equitativa para as comunidades afetadas. Essa falha em cumprir os termos do acordo contribuiu para o ressurgimento de tensões e, em 2010, culminou na segunda rebelião tuaregue.

Esse cenário de insatisfação e conflito não pode ser dissociado da estrutura de poder que se consolidou no Níger pós-independência. A elite política que emergiu após o fim do domínio colonial frequentemente demonstrou estar mais alinhada aos interesses da antiga potência colonial, a França, do que às necessidades e aspirações das populações locais. E quando tem um caráter mais nacionalista e pragmático em relação a França, temos uma movimentação de instabilidade, como já foi apresentado anteriormente. Desse modo, Mamadou Tandja ¹⁸(1999-2010) é marcado por sua postura mais nacionalista e pragmática, podemos observar isso no âmbito econômico, quando em 2007-2008 foi tentar negociar contratos mais justos com a AREVA¹⁹. Segundo Grégoire (2011) os contratos entre Níger e Areva foram assinados em condições desiguais no passado, favorecendo a empresa francesa em detrimento do país. Esses contratos, frequentemente chamados de “opacos” porque tem cláusulas pouco transparentes, além de terem sido assinados sem ampla divulgação ou negociação justa.

Nesse cenário, Tadjia, utilizou da estratégia de “equilíbrio de poder”, ou seja, ao perceber que a França tinha muita influência no país, decidiu buscar parcerias com outros países, aqui a China se destaca, com o interesse dos chineses em adquirir Imouraren, o poder de barganha do governo nigerino aumentou significativamente. Assim sendo, para evitar perder o negócio, a França usou sua influência diplomática. O presidente francês na época, Nicolas

¹⁸ Em 27 de janeiro de 1996, o exército nigerino, liderado por Ibrahim Baré Maïnassara, deu um golpe de Estado, depondo o presidente Mahamane Ousmane e o primeiro-ministro Hama Amadou, após uma crise política causada por conflitos entre o presidente e o governo. Maïnassara convocou eleições, vencendo-as em meio a acusações de fraude e repressão à oposição. Em 1999, Maïnassara foi assassinado, com isso ocorreu eleições antecipadas que levaram Mamadou Tandja ao poder.

¹⁹ A Areva, hoje chamada Orano, é uma empresa francesa de energia nuclear que atua no Níger desde a década de 1970, explorando minas de urânio em regiões como Arlit e Akokan. Embora operando como empresa privada, sua forte ligação com o Estado francês acionista majoritário reflete interesses estratégicos da França na manutenção do acesso ao urânio nigerino, essencial para seu setor energético, revelando uma dimensão neocolonial dessa relação.

Sarkozy, interveio pessoalmente e ajudou a Areva a garantir o contrato. Ele visitou o Níger e conversou com o presidente do país, Tandja, para tranquilizá-lo sobre os interesses da França²⁰ (Grégoire, 2011). Além disso, a França evitou criticar o governo do Níger²¹, mesmo que houvesse questões sobre democracia e mudanças na Constituição feitas por Tandja²².

Nota-se que a França priorizou seus interesses econômicos em detrimento das questões políticas ou democráticas no Níger. Nesses termos, a China se tornou um parceiro de pleno direito a partir do segundo mandato de Tandja como chefe de estado (2004), com isso a indústria passou de um monopólio para um oligopólio, com a Areva permanecendo dominante em termos de produção (Grégoire, 2011). O golpe militar de 2010 que depôs o presidente Tandja no Níger resultou de três fatores chaves: as tensões com a França pelo controle de urânio, simbolizadas pelo adiamento das negociações com a Areva, a aproximação de Tandja com a China, que ameaça os interesses franceses, e o autoritarismo crescente do presidente, que em 2009 estendeu ilegitimamente seu mandato.

Diante desses fatos, podemos aferir que também não é mera coincidência, como menciona Schritt (2024), a caricatura refletia uma suspeita amplamente difundida de que a França teria orquestrado o golpe militar contra Tandja para instalar um presidente mais alinhado aos seus interesses. Como resultado, a queda de Tandja, resultou no enfraquecimento da posição chinesa no Níger e em um fortalecimento relativo da França, que havia demonstrado seu apoio ao presidente deposto (Korotayev, Issaev, Voronina, 2024). Diferente do amplo apoio que Tandja recebeu ao se apresentar como um líder forte capaz de resistir à interferência neocolonial ocidental, o presidente Mahamadou Issoufou (2011-2021) foi duramente criticado por esse alinhamento aos interesses franceses, ainda mais em uma ascensão em um contexto de Primavera Árabe²³.

Sendo assim, partido para o golpe militar que depôs o presidente Mohamed Bazoum (2021-2023) no Níger, em julho de 2023 pelo general Abdourahamane Tchiani, pode ser entendido como o resultado de uma complexa convergência de fatores internos e externos, que

²⁰ O urânio extraído no Níger possui grande importância estratégica para a França, cuja matriz energética é amplamente baseada na energia nuclear responsável por aproximadamente 70% da produção de eletricidade no país.

²¹ Essa cautela francesa faz parte da realpolitik africana adotada sob a liderança do presidente Sarkozy. Mais do que seus predecessores, ele favorece a defesa dos interesses econômicos em detrimento do respeito pela democracia.

²² O presidente Tandja estava envolvido em um golpe constitucional ao preparar uma nova Constituição, a da 6ª República a ser adotada por referendo, para que pudesse buscar um terceiro mandato como chefe de Estado, algo que não era permitido pela Constituição anterior.

²³ O Níger não passou por uma desestabilização revolucionária significativa entre 2011 e 2014. No entanto, o aumento de grupos radicais islâmicos no Sahel, causado pela Primavera Árabe e pela queda do regime de Qaddafi na Líbia, começou a influenciar gradualmente o Níger também.

vão desde a fragilidade da segurança nacional até as dinâmicas geopolíticas regionais e globais. Um dos elementos centrais foi a questão da segurança, agravada pela crescente ameaça terrorista no Sahel. Bazoum, em uma entrevista à revista *Jeune Afrique* em maio de 2023, admitiu que "os terroristas são mais fortes do que nosso exército, mais endurecidos", uma declaração que minou sua autoridade entre as forças armadas, especialmente entre os oficiais de patentes médias e inferiores, que se sentiram desvalorizados e criticados (Akumah, Osuagwu, 2023). Essa percepção de fraqueza do governo diante da insurgência jihadista corroeu a confiança dos militares em Bazoum, criando um terreno fértil para o descontentamento que culminou no golpe.

Além disso, a presença militar estrangeira no Níger, particularmente das forças francesas e ocidentais, tornou-se um ponto de tensão. A França, historicamente influente na região, mantinha tropas no norte do país, principalmente para proteger os locais de mineração de urânio, que abastecem 7% da produção mundial e iluminam um terço das lâmpadas na França (Akumah, Osuagwu, 2023). No entanto, essa presença foi vista como excessivamente intrusiva pela população e pelos militares nigerinos, que a consideravam um símbolo de neocolonialismo. Bazoum não conseguiu convencer nem o povo nem o exército da necessidade dessa colaboração, especialmente em um contexto de crescente onda anti-França na África Ocidental²⁴. Essa dificuldade de convencer o povo fica explícita na entrevista que ele concedeu a *Le Monde* em 2022 "Se os franceses partirem, quem os substituirá? Os russos? Os Wagner? Isso seria trocar um problema por outro. [...], mas o povo não entende isso. Eles veem apenas a presença militar estrangeira, não a ameaça jihadista." Com isso, a França, já enfrentando uma recessão econômica interna, viu sua posição no Sahel se deteriorar ainda mais com o golpe no Níger, sua quarta perda de influência em uma capital africana em quatro anos.

Com isso, a segunda seção nos ilustrou como a relação entre a França e o Níger, desde a independência, tem sido marcada por uma forte influência, especialmente no controle de recursos como o urânio. Como vimos, os golpes de Estado, como os de 1974 e 2010, muitas vezes coincidiram com tentativas de renegociar contratos desiguais ou buscar maior autonomia, levantando suspeitas de interferência francesa. Ademais, é evidente que a instabilidade política no Níger resulta de uma combinação de fatores internos e externos, com o neocolonialismo francês desempenhando um papel central. Essa influência não se limita apenas a empresas francesas ou acordos desiguais, mas também se manifesta por meio de uma elite política local institucionalizada e alinhada aos interesses da França.

²⁴ O movimento político M62 (União sagrada para a salvaguarda da soberania e da dignidade do povo), era um desses grupos que se opunha à presença militar francesa no país e apoiava o golpe.

Quando governantes como Hamani Diori ou Mamadou Tandja adotaram posturas mais pragmáticas e autônomas, buscando renegociar contratos ou diversificar parcerias, a França buscou se movimentar no cenário político para manter sua vantagem estratégica. Essa dinâmica, no entanto, frequentemente associada a golpes de Estado ou pressões diplomáticas, revela como a França busca preservar sua influência, mesmo que isso implique minar a estabilidade política e a soberania do Níger.

4. Adeus a França: O Níger e o Desmonte do Neocolonialismo

Nesta quarta seção do artigo, será analisada a crescente contestação à presença francesa no Níger e no Sahel, evidenciada pelo golpe de 2023 e pelas rupturas institucionais com o Ocidente. A seção explora como o fracasso das intervenções militares francesas, especialmente a Operação Barkhane, gerou insatisfação popular e questionamentos sobre as cooperações de segurança, além disso, abre o espaço para o ressurgimento de discursos soberanistas que impulsionam uma reconfiguração das alianças estratégicas, marcando uma tentativa de superação do neocolonialismo francês.

Como vimos nas seções anteriores, a política intervencionista pós-colonial, a *Françafrique*, constituiu uma série de acordos bilaterais, nesses termos, se destaca o comprometimento do governo francês em garantir segurança aos países francófonos em troca de livre acesso às matérias-primas. Desse modo, esse sistema de “cooperação” foi amplamente aceito por líderes africanos, interessados em manter-se no poder sob a proteção francesa (Gibbs, 2024).

No caso do Níger, esse fenômeno fica claramente exemplificado. Antes mesmo da consolidação da independência do país, grandes reservas de urânio foram descobertas em seu território²⁵. Essa circunstância histórica sugere que os acordos estabelecidos no período pós-colonial não foram meramente políticos, mas sim estratégicos, visando assegurar o controle sobre os recursos naturais nigerinos. Essa lógica se repete na esfera da segurança que, desde as independências até os dias atuais, a França realizou mais de 50 intervenções militares na África, algumas sobre o pretexto de operações de paz²⁶, mas muitas outras para impor seus próprios interesses políticos e econômicos (Powell, 2019).

Nesse sentido, um exemplo emblemático dessa dinâmica é o acordo de defesa firmado entre a França e o Níger, que permitia a França intervir militarmente no país caso o chefe de

²⁵ Em 1956, o Comissariado Francês de Energia Atômica (CEA) iniciou a exploração de urânio no país.

²⁶ Operação Turquoise (1994) em Ruanda, Operação Manta (1983) e Operação Épervier (1986–2014) no Chade, Operação Licorne (2002–2015) em Costa do Marfim, Operação Serval (2013–2014) no Mali e Operação Barkhane (2014–2022) no Sahel.

Estado solicitasse. Em troca, a França obteve permissão para manter uma guarnição²⁷ militar em Niamey, além de conservar funcionários franceses em cargos-chave da administração nigerina pós-independência (Yaméogo, 2024). Assim sendo, esse arranjo estratégico beneficiou o então presidente Hamani Diori, que, já alinhado aos interesses franceses, recorreu às tropas da ex-metrópole para reprimir um levante militar em 1963. Como visto na seção anterior, o apoio francês a Diori não era desinteressado, pelo contrário, reforçava a influência política e militar de Paris na região, garantido acesso privilegiado aos recursos naturais e a estabilidade necessária para sua atuação neocolonial (Yaméogo, 2024).

Ademais, é importante mencionar a intervenção francesa no Sahel. O Sahel é uma região que abrange cinco países como Níger, Mali, Burkina Faso, Mauritânia e Chade, a região se localiza entre o deserto do Saara e a savana do Sudão. Nos últimos 10 anos a região se tornou um epicentro de expansão de grupos jihadistas, e eles se concentram principalmente nas fronteiras, logo isso não se torna um problema só de caráter estatal, mas também, um problema transfronteiriço. Nesse contexto, Níger com os demais países sahelianos formaram o *G5 Sahel*²⁸ com o objetivo de combater o terrorismo na região. A participação da França se destaca em intervenções no Sahel como as operações Épervier (1986-2014), Serval (2013-2014) e Barkhane (2014-2022). Vale destacar especialmente a operação Barkhane, porque se tratou do maior deslocamento militar francês no exterior desde a Guerra da Argélia, com 5.500 soldados atuando sob o pretexto de combater o terrorismo e “estabilizar” o Mali, país onde a operação se concentrou inicialmente (Yaméogo, 2024). No entanto, seu caráter transfronteiriço acabou por envolver diretamente o Níger e outros membros do G5 Sahel. Outrossim, Barkhane foi uma operação que não causou os resultados esperados, como mencionada por Yaméogo (2024), houve um triplo fracasso: militar, político e diplomático. Além disso, o fracasso é evidente que desde a implementação, a região experienciou um aumento na atividade de grupos terroristas (Charbonneau; Sears, 2014, Charbonneau, 2017). Ou seja, não conseguiram conter as atividades dos grupos jihadistas, os ataques, ao contrário, se multiplicaram (Tchoudiba, 2024).

²⁷ Em 2019, a França mantinha presença militar em Níger, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia, Senegal e Togo, todos na África Ocidental.

²⁸ Criado em 2014 como um marco institucional de coordenação e acompanhamento da cooperação regional em políticas de desenvolvimento e segurança.



Fonte: BBC News Brasil, 2025

No caso do Níger, a cooperação militar com a França, incluindo a base de drones em Niamey, não impediu que o país se tornasse o novo epicentro do terrorismo no Sahel, assim alimentando críticas à eficácia da intervenção (ICG, 2022). E com isso, o sentimento anti-francês cresceu também na região, observados em discursos no Níger, como do líder nigerino Abdourahmane Tiani que acusou a França de:

Nos espoliou por 107 anos e é cúmplice do terrorismo que diz combater... Acredito que, na origem do terrorismo em nosso território, eu citaria especialmente a França. Não se pode combater um incêndio com gasolina. E para nós, o incêndio, o terrorismo se alimenta do apoio que a França lhe oferece (Onep, 2023).

Essas palavras sintetizam a revolta contra uma presença militar que, longe de trazer segurança, aprofundou dependências neocoloniais enquanto a crise se agravava.

Nessa perspectiva, o golpe militar no Níger em 2023, marcou uma virada radical na política externa do país, essa mudança pode ser explicada por essa crise de segurança no país. Nesse movimento observamos um processo acelerado de desencajamento das estruturas de segurança vinculadas ao Ocidente. Como demonstram Antil e Vircoulon (2024), o governo do Conselho Nacional para a Salvaguarda da Pátria (CNSP)²⁹ não apenas rescindiu os acordos de

²⁹ é o nome do governo militar que assumiu o poder no Níger após o golpe de Estado de 26 de julho de 2023.

defesa com a França, culminando na retirada das tropas francesas do território nigerino, mas promoveu uma ruptura³⁰ mais ampla com o aparato de segurança ocidental na região.

Outra medida tomada pelo governo nigerino, foi a saída do G5 Sahel em 2023. Conforme registro de Jeune Afrique (2023, sp.), a justificativa oficial acusava a organização de “servir a interesses franceses em detrimento dos povos do Sahel”, discurso esse que reflete a nova retórica soberanista adotada pelo país.

Por outro lado, o caso do Níger ilustra como o descontentamento com o legado colonial francês tem sido instrumentalizado por potências como a China e a Rússia. A China acaba sendo a maior investidora na região, com infraestrutura, empréstimos e acordos comerciais, alinhados a sua iniciativa *Belt and Road* (Rota da Seda). Por sua vez, a Rússia tem uma política de não interferência nos assuntos internos dos países africanos, enquanto fornece assistência militar³¹, segurança e ajuda alimentar (Sipri,2023).

Desse modo, a ruptura do Níger com a França reflete uma tentativa de superação do neocolonialismo, mas revela novos condicionamentos geopolíticos. O golpe de 2023, apoiada pela população, representou uma rejeição às estruturas de dependência pós-colonial, evidenciado pela rápida condenação francesa e pela insistência na restituição de Bazoum³², demonstrado a persistência do “Pacto de Segurança” de 1960, que permite intervenções para manter aliados do governo francês no poder (Siradag,2014). Além disso, a criação da Aliança dos Estados do Sahel ³³(AES), planos de substituir o Franco CFA por uma moeda comum no Sahel, indica uma postura mais autônoma do estado nigerino frente ao sistema neocolonial francês (PressTV,2023; Laplace,2024).

Por fim, para encerrar a seção, é mister notar que a crise de segurança no Níger, assim como nos demais países sahelianos, não pode ser reduzida a uma mera questão de terrorismo jihadista. Na realidade, o extremismo violento é antes uma consequência do que a causa dos conflitos regionais - sintoma de problemas estruturais profundos herdados do sistema neocolonial francês pós-independência. Como demonstra Châtaigner (2019), os grupos jihadistas prosperam precisamente nas brechas deixadas por Estados fragilizados: economias dependentes, governos corruptos sustentados por Paris, e instituições incapazes de oferecer justiça social. A França jamais permitiu uma verdadeira autonomia a suas ex-colônias,

³⁰ Essa desvinculação incluiu o término da participação em missões europeias, como a força Takuba da União Europeia, e o distanciamento da missão das Nações Unidas no Mali (MINUSMA), num movimento que se caracteriza como parte de um projeto estratégico de “descolonização” da política de segurança regional.

³¹ Também temos em paralelo, atuação dos mercenários russos - Wagner, que oferecem apoio a governos que enfrentam insurgentes jihadistas, em troca, a acesso a recursos econômicos.

³² político nigerino que serviu como presidente do Níger de abril de 2021 até julho de 2023, quando foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Abdourahmane Tchiani.

³³ Composto por Níger, Burkina Faso e Mali.

mantendo-as atadas através de mecanismos como o Franco CFA, intervenções militares (justificadas pelo Pacto de Segurança de 1960) e o apoio a elites locais comprometidas com seus interesses (Siradag, 2014). O terrorismo no Níger, na região do Sahel, nesse sentido, é um fruto amargo de décadas de espoliação econômica e dominação política disfarçada de cooperação pelos franceses.

Assim sendo, a insistência francesa em soluções puramente militares - como a operação Barkhane - revela uma miopia estratégica que só exacerbou as crises regionais. Ao declarar essa intervenção como “bem-sucedida” (Macron, 2023), a França ignora seu papel na perpetuação do ciclo de violência: sua política de apoiar governos impopulares e corruptos marginalizou as populações locais, enquanto a falta de desenvolvimento transformou a região em terreno fértil para o recrutamento jihadista. Como resultado, a retórica anti-terrorista mascara interesses geopolíticos e econômicos concretos como o controle do urânio nigerino, e aprofunda as assimetrias.

4. Conclusão

O presente trabalho teve como objetivo analisar as relações entre Níger e França no âmbito de segurança em uma perspectiva neocolonial trazida pelo autor Kwame Nkrumah. No caso estudado no Níger, a relação neocolonial fica evidente com os acordos estabelecidos pós-independência, com a política externa inserida pelo presidente Charles de Gaulle (1959-1969) a *Françafrique*. A *Françafrique*, como vimos, foi uma série de políticas intervencionistas que perpassa o âmbito de segurança, economia, cultura e até educação, além disso, os acordos estabelecidos sobre essa política eram pouco transparentes e justos. Na realidade, podemos chegar à conclusão de que o Níger e os demais países francófonos nunca foram verdadeiramente libertos, mas sim houve uma modernização formal e superficial da relação política entre a antiga metrópole e suas ex-colônias.

Assim sendo, ao analisarmos a história política do Níger, constatamos um cenário de instabilidade estatal, marcada por sucessivos golpes de Estado, cinco até o momento. As causas dessa instabilidade são múltiplas, tanto internas quanto externas. Internamente, destacam-se crises recorrentes de fome, os impactos das mudanças climáticas e as rebeliões, como as protagonizadas pelos tuaregues, povo historicamente marginalizado pelo governo central.

Externamente, a influência francesa tem sido significativa. Governos mais alinhados aos interesses de Paris, como o de Seyni Kountché, mesmo sendo repressivos, não receberam críticas do governo francês. Em contrapartida, líderes como Mamadou Tandja, que buscava adotar uma postura mais pragmática, ampliando parcerias internacionais, como com a China e tentando negociar acordos desiguais, como os firmados com a Areva foram abruptamente

confrontados por instabilidades políticas, sem qualquer reação ou alarde por parte da França. Tal silêncio levanta suspeitas sobre o papel francês na perpetuação da instabilidade regional. Na prática, as chamadas “intervenções em nome da estabilidade” acabam por sustentar regimes autoritários e corruptos, como o de Hamani Diori, enquanto aprofundam a pobreza e a desigualdade interna, beneficiando interesses externos sob o pretexto de apoio ao desenvolvimento.

Quanto a segurança no Sahel, só será efetivamente alcançada com o desenvolvimento da região. A atual crise na região é consequência de fatores históricos estruturais, ligados à forma como países como o Níger foram inseridos no sistema colonial francês. Nesse sentido, o sistema econômico era pouco focado no desenvolvimento industrial ou na autossuficiência econômica, tinha um caráter mais extrativista.

Além disso, é fundamental destacar o papel das elites nigerinas na consolidação da dominação francesa no país. Em sua maioria, essas elites pertenciam a grupos étnicos como os Djerma e os Hausa, o que resultou em uma estrutura de poder que privilegiava esses grupos em detrimento de populações historicamente marginalizadas, como os Tuaregues. Percebe-se que a França explorou essas divisões étnicas, apoiando elites que lhe eram convenientes, não apenas por serem politicamente alinhadas, mas também por terem sido formadas em instituições francesas. Essa formação educacional reforçava uma visão de mundo eurocêntrica, tornando essas lideranças mais propensas a atender aos interesses da antiga metrópole do que aos anseios da população local. Dessa forma, perpetuava-se um sistema político desigual e excludente, funcional à manutenção da influência neocolonial francesa no Níger.

Ainda sobre a elite atender os interesses de Paris em detrimento da sua população local, o caso da empresa Areva (atualmente Orano), responsável pela extração de urânio, gerou diversos impactos negativos, especialmente na região de Arlit, onde vive o povo tuaregue que enfrenta sérias dificuldades devido à degradação ambiental provocada pela mineração. A contaminação do solo e da água, associada à exposição à radiação, compromete a saúde da população e inviabiliza suas formas tradicionais de subsistência. Esse cenário contribuiu para o surgimento de ao menos duas rebeliões tuaregues, como vimos.

Nesse contexto de dependência e desigualdade, não surpreende que o Níger permaneça um dos países mais pobres do mundo. A vulnerabilidade socioeconômica, agravada pela má governança das elites políticas locais frequentemente alinhadas à França, abriu espaço para a atuação de grupos jihadistas. Esses grupos se aproveitam do descontentamento social e da fragilidade estatal para expandir suas atividades. Diante disso, surge o questionamento central: a França se beneficiaria da instabilidade no Sahel para impor seus interesses? A resposta não é simples, mas os indícios históricos apontam que, desde a década de 1960, Paris já vem se

beneficiando de estruturas herdadas do colonialismo que perpetuam sua influência na região. No entanto, ao intervir diretamente, como na operação militar Barkhane, com o pretexto de combater o terrorismo, os resultados foram contraprodutivos. A ausência de avanços concretos na segurança e o sentimento anti-francês geraram um forte ressentimento popular levando ao rompimento de relações diplomáticas entre a França e o Níger, após o último golpe de Estado.

As causas desse golpe são multifatoriais. Por um lado, há fatores socioeconômicos assinalado pelos altíssimos índices de pobreza, desemprego e impactos severos da crise climática, o que compromete a capacidade do Estado de fornecer serviços básicos. Por outro, há o peso do neocolonialismo, que se cristalizou ao longo das décadas através dos acordos de cooperação no âmbito econômico e de segurança, o que acabou ainda mais alimentando o sentimento anti-francês entre a população local.

Ademais, ressaltamos que a França viu sua influência regional se esvaziar progressivamente, especialmente após a ruptura das relações com Mali, Burkina Faso e, por fim, com o Níger. Esses movimentos não ocorreram de forma isolada, foram marcados pelos recentes golpes de Estado na região e podem ser compreendidos como tentativas de romper com a ordem neocolonial vigente desde a independência formal desses países. Para muitos, essas transições de poder representam atos de emancipação, nos quais os novos líderes buscam restaurar a soberania nacional, redefinir as alianças internacionais e enfraquecer o domínio francês em favor de uma maior autonomia política e econômica. Essa postura remete às ideias de Kwame Nkrumah que já alertava para os perigos do neocolonialismo, afirmando que, mesmo após a independência formal, o controle estrangeiro persistiria por meio de mecanismos econômicos e políticos sutis — uma dominação sem ocupação direta, mas igualmente opressora.

Por fim, fica a sugestão para trabalhos futuros, pesquisas posteriores poderiam explorar, em maior profundidade, o papel de outras potências estrangeiras (China, Rússia e Turquia) na reconfiguração das dinâmicas neocoloniais no Níger e no Sahel, analisando seus investimentos e estratégias de segurança em comparação com o modelo francês. Ademais, seria relevante investigar a resistência popular e os movimentos sociais contra a dominação neocolonial, especialmente as revoltas tuaregues e os protestos anti-franceses recentes, bem como o impacto da formação educacional francesa na perpetuação das elites locais eurocêtricas. Outra linha de estudo poderia focar nos danos socioambientais da exploração de urânio pela Areva (Orano) e sua relação com a instabilidade regional. Por último, estudos sobre o neocolonialismo digital e a dependência tecnológica, bem como análises críticas das narrativas midiáticas francesas e africanas, poderiam revelar novas facetas da dominação pós-colonial no século XXI,

fortalecendo a perspectiva teórica de Kwame Nkrumah sobre a persistência de estruturas opressoras mesmo após a independência formal.

5.Referências Bibliográficas

AÏDAN, Yonathan. **Les répercussions de l'opération Barkhane sur les relations diplomatiques entre la France et les pays du Sahel**. 2024. Sciences Po Lille, França, 2024. Disponível em: https://pepite-depot.univ-lille.fr/LIBRE/Mem_SPL/2024/ULIL_MSPL_2024_025.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

AKUMAH, Brown Ihechiluru; OSUAGWU, Christian Onyemachi. **Democratic deficits and third wave of coup d'état in the Republic of Niger**. 2023.Department of Political Science, Ebonyi State University, Abakaliki; Department of Political Science, University of Nigeria, Nsukka, 2023. Disponível em: <https://journals.npsa-se.org.ng/index.php/SEPSR/article/view/65/65>. Acesso em: 23 fev.2025.

ANTIL, A.; VIRCOULON, T. **Après l'échec sahélien, repenser le logiciel de la politique française en Afrique**. *Briefings de l'Ifri*, 2024. Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/briefings-de-lifri/after-failure-sahel-rethinking-french-policy-africa>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BAYART, Jean-François. **The State in Africa: The Politics of the Belly**. London: Polity Press, 2010.

BAGOYOKO, N, GILBERT, M. **The linkage between security, governance and development: The European Union in Africa**. *Journal of Development Studies*, v. 45, n. 5, p. 789–814, 2009.

BIFARINI, I. **I coloni dell'austerità: Africa, neoliberalismo e migrazioni di massa**. Roma: Altaforte Edizioni, 2019.

Chafer, T. (2005). **Chirac and 'la Françafrique': No longer a family affair**. *Modern & Contemporary France*, 13(1), 7–23.

CHARBONNEAU,Bruno. **France and the New Imperialism: Security Policy in Sub-Saharan Africa**. London: Routled, 2008.

CHARBONNEAU,Bruno; SEARS, Jonathan. **Fighting for Liberal Peace in Mali? The Limits of International Military Intervention**. *Journal of Intervention and Statebuilding*, [Spain], v.8, n.2-3, p. 192-213, 2014.

CHARBONNEAU,Bruno. **Intervention in Mali: building peace between peacekeeping and counterterrorism**. *Journal of Contemporary African Studies*, Canadá, v.35, n.4, p. 415-431, 2017.

CHÂTAIGNER, J. **Sahel et France, enjeux d'une relation particulière**. *Hérodote*, 2019. Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=HER_172_0123. Acesso em: 11 jan. 2025.

CLARK, J. F.; GARDINIER, D. E. (Ed.). **Political reform in Francophone Africa**. London: Routledge, 1997.

GIBBS, T. **A French neo-colonialism? The controversial concept of Françafrique**. *English Historical Review*, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ehr/cead179>. Acesso em: 11 jan. 2025.

GILLES, Yabi. **The Niger Coup's Outsized Global Impact**. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 1º ago. 2023. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/posts/2023/08/the-niger-coups-outsized-global-impact?lang=en>. Acesso em: 15 nov. 2024.

HEDHILI, Lasaad; ZAKIKA, Ali Abdoulaye. **Challenges of local governance and security in Niger: perspectives and solutions**. 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372190082_Challenges_of_Local_Governance_and_Security_in_Niger_Perspectives_and_Solutions. Acesso em: 23 jan. 2025.

JEUNE AFRIQUE. **Après le Mali, le Burkina Faso et le Niger quittent le G5 Sahel**. Jeune Afrique, 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/1510714/politique/apres-le-mali-le-burkina-faso-et-le-niger-quittent-le-g5-sahel/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

KOROTAYEV, Andrey; ISSAEV, Leonid; VORONINA, Elena. **Revolutionary history of Niger: from independence to 2023 coup**. In: BESENYŐ, J. et al. (ed.). *Terrorism and political contention: perspectives on development in the Middle East and North Africa (MENA) region*. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379517618_Revolutionary_History_of_Niger_From_Independence_to_2023_Coup. Acesso em: 5 mar. 2025.

KRIVUSHIN, I. V. **Alhaji Hamani Diori**. In: DAVIDSON, A. B. (ed.). *Istoriya Afriki v biografijah*. Moscou: RGGU, 2012a. p. 490–494.

LAPLACE, M. **Mali, Burkina Faso, Niger : quel avenir pour l'Alliance des États du Sahel ?** *Jeune Afrique*, 2 jan. 2024. Disponível em: <https://www.jeuneafrique.com/1517068/politique/mali-burkina-faso-niger-quel-avenir-pour-lalliance-des-etats-du-sahel/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

LANGAN, Mark. **Neo-colonialism and the poverty of 'development' in Africa**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

LUFÉYO, L; CHANDA, Thelma Chansa. **The ongoing influence of French colonialism in former African colonies: a comparative analysis**. *Global Scientific Journal*, [S. l.], v. 11, n. 11, nov. 2023. Disponível em: http://www.globalscientificjournal.com/researchpaper/The_Ongoing_Influence_of_French_Colonialism_in_Former_African_Colonies_A_Comparative_Analysis_.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

LE MONDE. **Macron défend l'héritage des opérations Serval et Barkhane au Sahel**. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

LE MONDE. **Mohamed Bazoum si les français partent qui les remplacera les russes les Wagner**. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2022/12/16/mohamed-bazoum-si-les-francais-partent-qui-les-remplacera-les-russes-les-wagner_6154544_3212.html. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARCON, Isabela Ciceri. **A política francesa para o Sahel: as intervenções militares como princípio de manutenção de poder (os casos das operações Épervier, Serval e Barkhane)**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/271070?locale-attribute=en>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MKANDAWIRE, T. (2011). **Rethinking Pan-Africanism: National and the new regionalism**. In S. Moyo & P. yeros (Eds.), *Reclaiming the nation: The return of the national question in Africa, Asia and Latin America*. London: Pluto Press.

NKRUMAH, Kwame. **Neo-colonialism: The Last Stage of Imperialism**. 6th ed. New York: International Publishers, 1965.

ONEP. **Interview du Président du Conseil National pour la Sauvegarde de la Patrie, Chef de l'Etat, le Général de Brigade Abdourahamane Tiani: Mon espoir c'est de voir la nouvelle voie que nous nous sommes tracée nous conduire, avec ou sans la levée de l'embargo, à répondre aux attentes du peuple nigérien, l'espoir de vivre en paix et dans la prospérité.** Disponível em: <https://www.lesahel.org/interview-du-president-du-conseil-national-pour-la-sauvegarde-la-partie-chef-de-letat-le-general-de-briage-abdourahamane-tiani-mon-espoir-cest-de-voir-la-nouvelle-voi>. Acesso em: 6 mar.2025.

POWELL, N. K. **Der Ordnungshüter aus Paris.** *Welt-Sichten*, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://www.welt-sichten.org/artikel/36617/der-ordnungshueter-aus-paris>. Acesso em: 3 abr. 2025.

PRESS TV. **Les juntas militaires du Niger, du Burkina Faso et du Mali ont signé un pacte de sécurité commun.** *PressTV*, 17 set. 2023. Disponível em: <https://french.presstv.ir/Detail/2023/09/17/710977/Le-trio-Niger-Mali-Burkina-Faso-font-une-alliance-militaire>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SAKA, Luqman. **Françafrique: relações franco-africanas e engajamento militar francês na África pós-colonial.** *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 8, n. 16, 2023. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/download/128355/91607/609705>. Acesso em: 5 mar.2025.

SAAIDA, Mohammed. **France on a stake: the possibilities of using excessive force to restore its interests in Africa.** Jericho, Palestine: Department of International Relations and Diplomacy, Faculty of Administration Sciences and Informatics, Al-Istiqlal University. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Mohammed-Saaida/publication/372915367_France_on_a_Stake_The_Possibilities_of_Using_Excessive_Force_to_Restore_its_Interests_in_Africa/links/64ce3a7cd394182ab3a70e0c/France-on-a-Stake-The-Possibilities-of-Using-Excessive-Force-to-Restore-its-Interests-in-Africa.pdf. Acesso em: 15 fev.2025.

SCHRITT, Jannik. **Crude moves: political power in oil-age Niger.** Göttingen: Göttingen University Press, 2024.

SIPRI. **France's counterterrorism failures in the Sahel: the divergence between results and rhetoric.** Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2023>. Acesso em: 2 abr. 2025.

SIRADAG, Abdurrahim. **Understanding French foreign and security policy towards Africa: pragmatism and altruism.** *Afro Eurasian Studies Journal*, v. 3, n. 1, p. 100-123, Spring, 2014. Disponível em: <https://dergipark.org.tr/en/pub/afes/issue/44781b>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SIMURA, Blessing. **West Africa's post 2020 coups and decoloniality.** *Cogent Social Sciences*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2409296>. Acesso em: 16 mar.2025.

TCHOUDIBA, B. **La vague de coups d'État en Afrique de l'Ouest est-elle un point de bascule?** HAL open science, 2024. Disponível em: <https://hal.science/hal-04561945>. Acesso em: 13 abr. 2025.

THELMA, Chanda Chansa; PHIRI, Edwin Vinandi; SAIN, Zohaib Hassan; GILBERT, Mwila Mwenda; SHOGBESAN, Yusuf Olayinka; MULENGA, Daniel Monta. **French colonialism and neocolonialism in Africa: a comprehensive analysis.** *World Journal of Advanced Research and Reviews*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 2062-2073, 2024. Disponível em: <https://wjarr.com/sites/default/files/WJARR-2024-2832.pdf>. Acesso em: 28 fev.2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos.** Petrópolis: Vozes, 2013.

YAMÉOGO, Lorena. **L'évolution de la Françafrique et son échec au Sahel**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Facultad de Derecho, Buenos Aires, Argentina, 2024. Disponível em: https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/146884/1/Levolution_de_la_Francafrigue_et_son_echec_au_Sahel_Yameogo__Lorena.pdf. Acesso em: 7 abr.2025.

ZANIRATO, Azzura. **Neocolonialismo in Africa: il franco CFA come moneta al servizio del patto coloniale**. 2024. Dipartimento di Scienze Politiche, Giuridiche e Studi Internazionali, Università degli Studi di Padova, Padova, Itália. Disponível em: <https://thesis.unipd.it/handle/20.500.12608/74711>. Acesso em: 20 fev.2025.